



Sindicato dos Trabalhadores da D.G. das Contribuições e Impostos

1

RELATÓRIO

I

GENERALIDADES

Aos poucos o nosso Sindicato vai entrando na sua normalidade institucional e a prová-lo está a apresentação deste relatório, previsto estatutariamente mas que até agora, por diversos condicionalismos nunca se tinha elaborado.

Aliás já deveria ter sido feito. Mas o strazo explica-se por dois motivos:

- 1º---o período de luta que se viveu;
- 2º---o escasso tempo decorrido desde a posse da Direcção até ao começo do ano, altura em que este relatório deveria ter sido apresentado.

Apresentada essa justificação, que, aliás, já deveria estar no espírito de todos porque é óbvia, vamos passar, de imediato, ao balanço da actividade desenvolvida neste período.

A Direcção iniciou a sua acção sem choques nem surpresas porque dela participam cinco elementos que transitaram do anterior Secretariado, razão pela qual o nosso trabalho revestiu um carácter de continuidade.

O grande problema foi o da Reestruturação que quase monopolizou a atenção e a energia da Direcção. Não vamos escarpelizá-lo aqui profundamente pois é bem conhecida a sua evolução. Apenas queremos fazer algumas observações:

- 1ª---A Direcção tem a consciência tranquila, tem o sentimento de ter cumprido o seu dever quanto ao modo como conduziu o processo de luta. O que não quer dizer que não tenha cometido alguns erros. O que não quer dizer, também, que se sinta realizada, satisfeita e acomodada. Bem pelo contrário. Sabe que trabalhou com o máximo da sua capacidade para a melhoria de condições de vida de todos nós, mas sabe, também, que ainda há muito a fazer nesse sentido e, por isso, estará sempre inconformada, tentando alcançar mais e melhor.

A Reestruturação-----pese, embora aos defeitos que apresenta -----foi uma grande conquista. Deu aos funcionários da D.G.C. I. uma melhoria considerável no aspecto económico, melhoria

que o recente aumento geral para a Função Pública bem acentuou.

2a---Ao tratar do assunto da Reestruturação a Direcção não se arroga ao mérito exclusivo ou principal daquilo que se obteve. Fez, apenas, o seu papel. Mas a honra do papel principal pertence a esse conjunto formidável de trabalhadores que responderam presente quando a Direcção para eles apelou. Esses trabalhadores que, agindo anónimamente, por todo o país mantiveram acesa a chama da luta durante um período de tempo que bateu todos os recordes portugueses de greves na Função Pública, foram os heróis, os motores do êxito alcançado.

3a---E se falamos de êxito é porque sabemos que, sem esses dias de luta, primeiro em Outubro, depois em Março, nada teria saído, o projecto da Reestruturação teria sido congelado e estaria ainda muito longe de ter sido aprovado e talvez nunca o viesse ser.

Muitos outros objectivos tinha a Direcção para além da Reestruturação. E se não os realizámos todos, se os subalternizámos, relativamente à Reestruturação, também não abandonámos tudo o mais.

Um desses problemas que recentemente chegou a uma conclusão, foi o das alterações estatutárias votadas na Assembleia Nacional de Delegados, realizada no dia 6 de Maio do ano passado. Foi um processo trabalhoso e moroso, pois levantaram-se várias dificuldades burocráticas da parte do Ministério do Trabalho, sendo a principal a exigência de listas de presença de todos os Delegados à Assembleia Nacional de Delegados o que nos obrigou a um esforço de recolha de assinaturas que se foi fácil e bem compreendido nuns distritos, foi extremamente difícil noutros.

Mas, também essa missão foi levada a bom termo, embora tivesse levado muito mais tempo do que aquilo que gostaríamos. Como consequência dessa alteração estatutária estamos, neste momento, a inscrever pessoal das Tesourarias e a procurar organizar o esquema para intervirmos activamente na defesa desses associados.

II

VIDA ADMINISTRATIVA

Muito menos satisfatória foi a nossa vida administrativa e financeira. Foi até este último problema que travou a actividade sindical em muitas ocasiões, que impediu que prosseguissemos outras acções e dificultou mesmo a prossecução daquelas que foram efectuadas.

Administrativamente, e logo que terminou a greve pela Reestruturação, procurámos reorganizar os serviços da sede de modo a torná-los mais

funcionais, embora deparemos com duas constantes: falta de material e pouco pessoal. Continuamos a ter de pagar fotocópias no exterior, continuamos a ter de nos servir do duplicador da Direcção de Finanças de Setúbal.

Quanto a funcionários continuamos a ter um part-time, o nosso colega Mário Grácio e um full-time. Neste último houve uma modificação: Mário Pedro Pereira, que foi empregado do Sindicato durante quase dois anos, deixou-nos para ir ocupar lugar muito melhor remunerado, numa empresa familiar. Posta, pela necessidade de o substituir, a Direcção optou por passar um director a tempo inteiro, estando desde 1 de Abril, nessa situação o nosso colega José Eduardo da Costa Escarduga, que era supletente à Direcção e foi chamado à actividade directa em substituição do colega João Cardoso de Jesus, de Lisboa, que por motivos familiares, se demitiu.

III

VIDA FINANCEIRA

Este tem sido o grande problema do Sindicato. De longe o mais grave, aquele que tem deixado a Direcção muitas vezes perplexa, sem saber que acção tomar. E isto é tanto mais chocante quanto mais nos lembrarmos que é um problema que só depende de nós, e que, se a situação financeira é grave, ela se deve somente aos próprios sócios do Sindicato. Começamos por usar, nos tempos do 1º Secretariado e idealizado por Mendonça Luz e Franco um sistema que parecia simples e fácil: cada delegado cobrava as quotas no seu local de trabalho, relacionava quem tinha pago e depositava o dinheiro na Caixa Geral de Depósitos. Não dava muito trabalho. Parecia certo. Mas não foi. Logo de início, os quantitativos recebidos eram inferiores ao que deviam ser. E, logo de princípio, deparámos com outro óbice além do não pagamento de quotas por alguns sócios: o facto de muitos e muitos serviços depositarem o dinheiro mas, nada dizerem à Direcção.

Tentámos de muitas maneiras modificar a situação. Apelámos, explicámos, fornecemos materiais para facilmente cada delegado poder fazer o seu trabalho; abolimos as relações e criámos novos modelos de quotas de modo a evitar o relacionamento. Tudo inútil. Continuamos com o problema cada vez mais agravado.

E mais agravado porque, se ao princípio havia falhas e nós não sabíamos bem quem pagava, o dinheiro sempre ia chegando. Mas, a partir da entrada em funcionamento das Comissões Distritais, também no que respeita ao recebimento de receitas, ele foi diminuindo progressivamente. Raras vezes as Distritais apresentam contas à Direcção. Assim como, também estiveram longe de abatear nas suas despesas os 20% que tinham sido estabelecidos.

Tentámos fazer uma fiscalização que nos permitisse aplicar a alí-

nea b) do art.º 12º dos Estatutos. Inutilmente. Em Abril último, o colega Caritr Farto, tesoureiro da Direcção, elaborou um Regulamento financeiro. Ninguém o cumpriu.

Em desespero de causa, tentámos conseguir o desconto directo das quotas nos vencimentos. Mais de 2.300 colegas o autorizaram. Mas, ainda não conseguimos vencer as dificuldades que isso levantou a nível Administrativo. Últimamente tentámos que esse desconto fosse feito no prémio de cobrança. Mas, ainda não sabemos se o conseguimos.

Só duas notas a terminar este assunto:

1º---Tomando como exemplo as contas do princípio do ano até 19 de Junho a receita, atendendo ao número de sócios, deveria ter sido aproximadamente de 950 contos. Foi de 528. Uma diferença de mais de 400 contos.

2º---Manifestar o agradecimento da Direcção aos colegas José Escarduça e Mário Grácio, a trabalharem sem saberem quando e como receberão, ao colega Luís Malta, há largos meses à espera de uma dívida de 10 contos, e à Tipografia Antográfica, sempre com os pagamentos em atraso e sempre com boa-vontade.

IV

CONCLUSÕES

Habitados a ver programas que não são cumpridos, que não passam do papel, sentimo-nos legitimamente de consciência tranquila quando analisamos aquilo que nos propuzemos no nosso plano de candidatura e aquilo que foi realizado. Sem que nos sintamos, no entanto, satisfeitos e realizados. Para isso, era preciso que tivéssemos todos os pontos do programa, que os tivéssemos excedido, mesmo. Mas, uma parte foi cumprida. E, se todos nos ajudarem a Direcção há-de realizar o restante.

Os princípios fundamentais que nos nortearam foram os que antecipadamente anunciámos. Dos objectivos concretos e mais imediatos, obtivemos a saída da Reestruturação e a publicação das alterações estatutárias. Realizámos acção intensa no que respeita aos concursos dos aspirantes e a percentagem de aprovações, muito superior à habitual e as notas altas, falam do êxito da nossa acção, embora, também ela, não fosse cem por cento vitoriosa, e tivéssemos de manter luta constante com os "golpes" da Administração, alterando por vezes, aquilo que já tinha sido acordado.

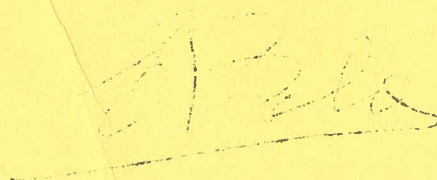
Também mantivemos a independência do Sindicato relativamente aos partidos políticos e a outras organizações sindicais mas, cultivando as boas relações e a troca de impressões, o diálogo, a que nunca nos furtámos. Houve conversações com a C.G.T.P.-In., com a U.G.T., com o STAL, debatendo-se problemas gerais e específicos e de todas essas conversações saiu reforçado o prestígio do Sindicato. Igualmente da nossa pressão resulta que a Administra

ção cada vez faz menor acção de cúpula sem ouvir o Sindicato.

Esperamos que, se nos forem facultados meios para isso, daqui por um ano possamos encerrar o mandato com as palavras: Missão Cumprida.

Pelá A Direcção

O PRESIDENTE,

A handwritten signature in dark ink, appearing to be 'A. Silva', is written over a horizontal line.